

Há, sim, defasagem salarial

• **Reajuste salarial de quem tem 1º grau é maior que o de empregados com formação superior**

Joarle Magalhães

joarle.magalhaes@jfhoje.com.br

Reajustes que não acompanham os índices da inflação, suspensão de benefícios e redução no valor de indenizações trabalhistas, além de negociações salariais demoradas, que quase nunca contemplam a pauta de reivindicações das categorias. De um lado, empregadores querem reduzir despesas, aumentar lucros e, na conjuntura atual, adotar medidas de combate à crise econômica internacional. Do outro, trabalhadores formais, na busca pela remuneração justa e por benefícios que não deixem a renda mensal defasada diante dos gastos com mercadorias, serviços e tributos.

Na relação entre patrões e empregados, cabe à Lei definir quem está certo e quem está errado, mas os números levantados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), contabilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (Rais), mostram que há, sim, defasagem salarial. Análise aprofundada de dados da pesquisa do Governo federal re-

vela que só uma parcela dos trabalhadores do Brasil ainda continua adquirindo ganhos reais, capazes de acompanhar a evolução do mercado.

A Rais mostra, por exemplo, que o reajuste salarial de trabalhadores formais, com grau de instrução equivalente ao primeiro grau, é maior que o dos empregados com formação superior. Na prática, isso significa dizer que uma pessoa que possui apenas a 8ª série do Ensino Fundamental recebeu reajuste anual de 4,62%, enquanto o profissional com a graduação completa teve o salário reduzido em 3,49%.

GANHOS REAIS

Obviamente, isso não quer dizer que os trabalhadores com grau de instrução inferior estejam em melhores condições financeiras que os graduados. Entretanto, tal situação revela como caíram os ganhos reais do trabalhador. Segundo explica o chefe da Gerência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, José Tadeu de Medeiros, os números dizem respeito às diferenças entre os reajustes concedidos a quem recebe salário mínimo (corrigido pelo Governo federal) e o aumento dado a outras categorias, que reivindicam benefícios por meio de livre negociação.

A questão também passa pelo desenvolvimento econômico da região onde se localiza a instituição ou empresa empregadora. No caso de Juiz de Fora, esse fator é apontado co-

mo principal responsável pelo nível em que se encontra a remuneração média dos empregos formais da cidade. A estagnação da economia local na última década, aliada à fuga de investidores para outras regiões do País, como o interior do estado do Rio de Janeiro, deixou a renda do trabalhador juizforano inferior à de Minas, à do Brasil e à de municípios do mesmo porte, como Uberlândia (veja o quadro).

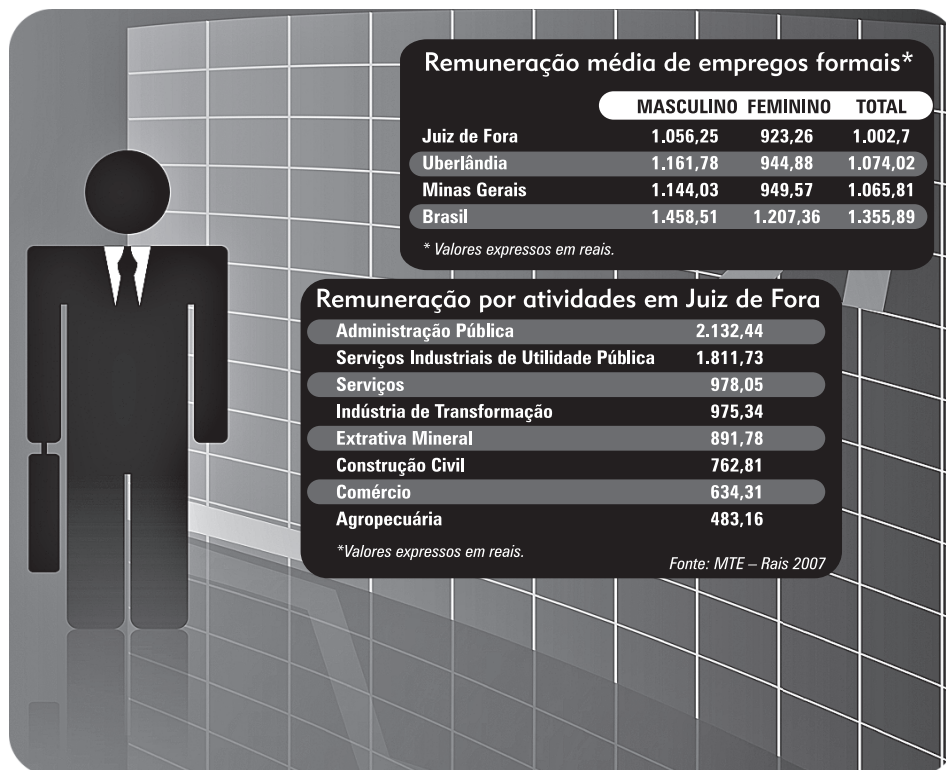
— O salário é irredutível, as empresas não podem reduzir a remuneração do trabalhador.

Mas elas não ficam impedidas de demitir funcionários e contratar outros com o salário menor. Os dados da Rais evidenciam que as empresas grandes reduziram os salários — afirma Tadeu Medeiros.

Na cidade, a melhor remuneração é paga ao servidor público: R\$ 2.132,44 (veja o quadro). Os trabalhadores do setor industrial vêm em seguida, com a média de remuneração em R\$ 1.811,73. Na outra ponta, ganham menos os empregados do setor agrícola, que têm a média salarial pouco aci-

ma do mínimo de R\$ 465. No comércio, onde estão cerca de 23% dos trabalhadores formais da cidade, a remuneração fica em R\$ 634,31.

Segundo Tadeu Medeiros, que está há 12 anos na gerência do MTE de Juiz de Fora, os dados, apesar de serem de 2007, ainda mostram como é a situação atual. No entanto, os números não contemplariam os efeitos da crise mundial, que, segundo Medeiros, derrubaram ainda mais a renda local.



O motivo é a falta de investimento, diz secretário

BAIXO ÍNDICE DE ACESSO A CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Agência Brasil

Brasília - O baixo índice de acesso dos trabalhadores desocupados a cursos de qualificação profissional, revelado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), reflete a falta de investimentos públicos no setor mas pode ser revertido com a expansão do ensino técnico prevista para os próximos anos.

A avaliação é do secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), Eliezer Pacheco, que prevê a aplicação de R\$ 2 bilhões até 2010 nos sistemas federal e estadual de educação profissionalizante.

De acordo com a pesquisa do IBGE, mais de 60% dos oito milhões de trabalhadores que estavam desocupados em 2007

nunca tinham frequentado cursos de educação profissional, segmento que inclui aulas de qualificação para o trabalho, curso técnico de nível médio e graduação tecnológica.

— O Brasil, historicamente, não investiu em formação profissional. Não se acreditava que o País pudesse crescer a passos largos. Quando o Brasil começou a crescer percebeu-se a

enorme falta de mão de obra. Mas é evidente que as políticas educacionais não dão resultados a curto prazo — argumentou.

Pacheco acredita que a situação será revertida com a ampliação do acesso de estudantes a essa modalidade de ensino. Entre as medidas tomadas pelo MEC, segundo o secretário, estão a expansão da rede pública de escolas técnicas — tanto fe-

derais como estaduais, o fortalecimento do programa de educação profissional a distância e a parceria com o Sistema S para que, até 2014, 70% das vagas em cursos do Senac e do Senai sejam gratuitas.

— É uma exigência que fizemos na medida em que o sistema é financiado com recursos públicos — explicou.